

**Edição:** Vol. 02 N°. 01 (2026)

**Published:** 13/05/2026

**DOI:** <https://doi.org/10.70579/csci.v2i1.177>

## **Os desafios enfrentados pela docência na inclusão do aluno com autismo em turmas de 1º ano nos anos iniciais**

### **The Challenges Faced by Teachers in the Inclusion of Students with Autism in First-Year Early Elementary School Classes**

### **Los Desafíos Enfrentados por la Docencia en la Inclusión del Alumno con Autismo en Clases de Primer Año de la Educación Primaria**

**Marta dos Santos Bittencourt<sup>1</sup>.**

<sup>1</sup>[martabittencourt@hotmail.com](mailto:martabittencourt@hotmail.com), Mestranda em educação com ênfase Formação de professores, Universidade UNIB, Tailândia, Pará - Brasil

#### **RESUMO**

O presente artigo aborda o tema “Os desafios enfrentados pela docência na inclusão do aluno com autismo em turmas de 1º ano nos anos iniciais”, buscando compreender os principais obstáculos enfrentados pelos professores no processo de escolarização de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular. A pesquisa desenvolveu-se por meio de revisão bibliográfica, fundamentada em produções científicas, legislações e documentos oficiais relacionados à educação inclusiva e às práticas pedagógicas voltadas ao atendimento de alunos autistas. Inicialmente, realizou-se uma contextualização histórica da educação inclusiva no Brasil, destacando as transformações ocorridas ao longo do tempo até sua consolidação como direito garantido legalmente no âmbito da educação básica. A investigação também analisou como o processo de inclusão vem sendo desenvolvido no sistema educacional brasileiro, evidenciando os desafios cotidianos enfrentados pelos docentes diante da necessidade de adaptar metodologias, promover acessibilidade pedagógica e construir práticas que respeitem as singularidades dos estudantes com TEA. Além disso, discutiu-se o papel do professor na mediação do processo inclusivo, considerando as dificuldades relacionadas à formação profissional, à ausência de recursos adequados e à permanência de preconceitos e resistências no ambiente escolar. Por fim, o estudo refletiu sobre estratégias pedagógicas capazes de favorecer a inclusão, a participação e o desenvolvimento dos alunos autistas nos anos iniciais do ensino fundamental, defendendo a construção de uma escola mais acolhedora, democrática e comprometida com a diversidade.

**Palavras-chave:** autismo, docência, práticas inclusivas.

#### **ABSTRACT**

**Edição:** Vol. 02 N°. 01 (2026)

**Published:** 13/05/2026

**DOI:** <https://doi.org/10.70579/csci.v2i1.177>

This article addresses the theme “The challenges faced by teachers in the inclusion of students with autism in first-year early elementary school classes”, seeking to understand the main obstacles faced by teachers in the schooling process of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in regular education. The research was developed through a bibliographic review based on scientific productions, legislation, and official documents related to inclusive education and pedagogical practices aimed at supporting autistic students. Initially, a historical contextualization of inclusive education in Brazil was carried out, highlighting the transformations that occurred over time until its consolidation as a legally guaranteed right within basic education. The investigation also analyzed how the inclusion process has been developed within the Brazilian educational system, emphasizing the daily challenges faced by teachers regarding the need to adapt methodologies, promote pedagogical accessibility, and build practices that respect the singularities of students with ASD. Furthermore, the study discussed the teacher’s role in mediating the inclusive process, considering difficulties related to professional training, lack of adequate resources, and the persistence of prejudice and resistance within the school environment. Finally, the study reflected on pedagogical strategies capable of promoting the inclusion, participation, and development of autistic students in the early years of elementary education, advocating for the construction of a more welcoming, democratic, and diversity-oriented school environment.

**Keywords:** autism, teaching, inclusive practices

## RESUMEN

El presente artículo aborda el tema “Los desafíos enfrentados por la docencia en la inclusión del alumno con autismo en clases de primer año de la educación primaria”, buscando comprender los principales obstáculos enfrentados por los docentes en el proceso de escolarización de estudiantes con Trastorno del Espectro Autista (TEA) en la enseñanza regular. La investigación se desarrolló mediante una revisión bibliográfica fundamentada en producciones científicas, legislaciones y documentos oficiales relacionados con la educación inclusiva y las prácticas pedagógicas dirigidas a estudiantes autistas. Inicialmente, se realizó una contextualización histórica de la educación inclusiva en Brasil, destacando las transformaciones ocurridas a lo largo del tiempo hasta su consolidación como un derecho garantizado legalmente en la educación básica. La investigación también analizó cómo el proceso de inclusión se ha desarrollado en el sistema educativo brasileño, evidenciando los desafíos cotidianos enfrentados por los docentes ante la necesidad de adaptar metodologías, promover accesibilidad pedagógica y construir prácticas que respeten las singularidades de los estudiantes con TEA. Además, se discutió el papel del docente en la mediación del proceso inclusivo, considerando las dificultades relacionadas con la formación profesional, la falta de recursos adecuados y la permanencia de prejuicios y resistencias en el ambiente escolar. Finalmente, el estudio reflexionó sobre estrategias pedagógicas capaces de favorecer la inclusión, la participación y el desarrollo de los alumnos autistas en los primeros años de

**Edição:** Vol. 02 N°. 01 (2026)  
**Published:** 13/05/2026  
**DOI:** <https://doi.org/10.70579/csci.v2i1.177>

la educación primaria, defendiendo la construcción de una escuela más acogedora, democrática y comprometida con la diversidad.

**Palabras clave:** autismo, docencia, prácticas inclusivas.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda o processo de inclusão do aluno com TEA em turmas regulares, e tem como objetivo analisar de que forma se dá o processo ensino aprendizagem de alunos com autismo dentro da sala regular, sendo que a ausência de uma comunicação adequada é a principal barreira nesse processo. Sabemos que na instituição escolar, são vários os fatores que interferem diretamente na viabilização do processo de inclusão desse aluno.

Sabemos que as escolas não têm correspondido de acordo com às características individuais e diferenciadas de seu alunado, funcionando de forma seletiva e ainda excludente, e a questão principal que associa as dificuldades da inclusão no cotidiano escolar é como desenvolver uma postura com práticas e políticas inclusivas direcionadas a esse propósito, que muitas vezes esbarra na falta de formação específica na área, recursos financeiros escassos e também o preconceito, são fatores que além da comunicação dificultam a prática da inclusão nas escolas públicas.

Sendo perceptível identificar as dificuldades que os docentes encontram ao se depararem com alunos autistas nas classes regulares, o que se caracteriza como uma problemática que merece ser analisada e compreendida. Dessa forma surge o interesse em aprofundar os estudos relacionados ao processo de inclusão deste público e suas possibilidades de uma efetiva aprendizagem, principalmente no 1º ano dos anos iniciais, uma vez que se entende como início da trajetória de leitura e escrita, fundamentada na alfabetização dessa criança.

A inclusão de crianças com TEA em uma turma regular não é algo fácil de ser realizado, daí a aflição do professor quando se depara em meio a essa turbulência, surge a seguinte pergunta: como ensinar uma pessoa autismo sem

**Edição:** Vol. 02 N°. 01 (2026)

**Published:** 13/05/2026

**DOI:** <https://doi.org/10.70579/csci.v2i1.177>

ter uma formação adequada? E ainda como preparar crianças para receberem, conscientizarem e interagirem com uma criança autista?

Nesse sentido se torna de suma importância que sejam implantadas políticas públicas voltadas para o ensino de pessoas com deficiência, mais especificamente com TEA, nas escolas e na sociedade em geral, e ainda uma política mais eficiente que trate da formação de profissionais para oferecerem uma educação com qualidade, e mediante a essa perspectiva, a inclusão será de fato possível.

No sentido de alcançar os objetivos propostos para esse estudo, esse trabalho, foi realizado seguindo os critérios de pesquisa básica, tipo bibliográfica, com abordagem qualitativa e está dividido em tópicos com o intuito de apresentar de forma concisa os aportes teóricos e facilitar a compreensão dos mesmos. Para isso lançou-se mãos da busca por artigos científicos publicados na internet, que abordam sobre a temática em evidência, livros impressos e eletrônicos e sites confiáveis.

## **2 A CRIANÇA AUTISTA E O PROCESSO EDUCATIVO**

Atualmente, a criança dita autista, desde as considerações de Gaudeer (1993) publicadas diante da Organização Mundial da Saúde e Associação Americana de Psiquiatria, como sendo intitulada com o CID-10, e pertencente ao grupo denominado TGD, classificado como:

a) um desenvolvimento anormal ou alterado, manifestado antes da idade de três anos, e b) apresentando uma perturbação característica do funcionamento em cada um dos três domínios seguintes: interações sociais, comunicação, comportamento focalizado e repetitivo. Além disso, o transtorno se acompanha comumente de numerosas outras manifestações inespecíficas, por exemplo, fobias, perturbações de sono ou da alimentação, crises de birra ou agressividade (auto-agressividade). (OMS, 1993, p. 367 apud Suplino, 2007, p.28).

Deste modo, a criança apresenta particularidades que precisam ser levadas em consideração para que o processo de desenvolvimento educacional,

**Edição:** Vol. 02 N°. 01 (2026)  
**Published:** 13/05/2026  
**DOI:** <https://doi.org/10.70579/csci.v2i1.177>

social, afetivo, linguístico e motor seja respeitado de forma íntegra de sem danos a criança.

Essa Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com Saúde (habitualmente conhecida como CID - Classificação Internacional de Doenças) oferece mecanismos para entender as particularidades acentuadas do desenvolvimento interativo social dessa criança, de modo que os envolvidos no processo educacional precisam deles para metodologias que integrem e incluam ações para mediar a relação aprendizagem-conhecimento, favorecendo um ambiente sem prejuízo social e educativo.

Hoje, os alunos com autismo são considerados como pessoas que possuem uma deficiência que representa uma disfunção global do desenvolvimento, e por integrar o grupo de TGD é visto pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) como: [...] aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo (Brasil, 2008, p.15). E sendo assim, é um grupo que convive com um processo de informações sensoriais com dificuldade, levando a criança reagir a alguns estímulos de maneira diferente das crianças ditas normais que não possuem essa ação natural e espontânea.

## 2.1 ASPECTOS LEGAIS DIANTE DO ATENDIMENTO DE ALUNOS COM TEA NO ENSINO FUNDAMENTAL

A escola sendo considerada um verdadeiro ambiente formador e praticante de ações, legitimadas por meio de nossas leis, deve instrumentalizar a formação íntegra da criança apta a conviver com a diversidade em qualquer setor social, e ser sujeito ativo no decorrer de seu próprio processo formativo cidadão, através de metodologias ativas e coesas por parte do professor. E tal

**Edição:** Vol. 02 N°. 01 (2026)

**Published:** 13/05/2026

**DOI:** <https://doi.org/10.70579/csci.v2i1.177>

direito vem sendo assegurado desde a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 208 que afirma:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde(Brasil, 1988)

E percebendo tal direito legitimado, é importante considerar o aluno autista na educação básica e regular, como as metodologias de ensino são utilizadas para favorecer essa inclusão a partir das suas vivências, tornou-se necessário compreender como as metodologias inclusivas podem ganhar força frente aos componentes curriculares e legais, de modo que justificam e proporcionam a esses alunos uma interação, integrando-os ao componente curricular enquanto um fenômeno educativo.

Percebe-se que um grande avanço neste panorama, em especial na Educação, uma vez que atualmente existem documentos oficiais que garantem a igualdade de direitos entre todos os indivíduos. A Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96; as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e a Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146/15, são alguns exemplos desses documentos.

Assim:

a Educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais

**Edição:** Vol. 02 N°. 01 (2026)

**Published:** 13/05/2026

**DOI:** <https://doi.org/10.70579/csci.v2i1.177>

e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015)

Sendo assim, infere-se que o sistema educativo inclusivo abrange todos os níveis de ensino, ou seja, da Educação Básica ao Ensino Superior, promovendo o desenvolvimento educacional da pessoa com deficiência. Vale ressaltar que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) tem como objetivo o pleno acesso, a participação e a aprendizagem das crianças e adolescentes com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo:

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento Educacional Especializado;
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
- Formação de professores para os atendimentos educacionais especializados e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
- Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos nos transportes, na comunicação e informação;
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Com base nessas premissas, os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, recursos pedagógicos e a comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos. A acessibilidade deve ser assegurada mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos

**Edição:** Vol. 02 N°. 01 (2026)  
**Published:** 13/05/2026  
**DOI:** <https://doi.org/10.70579/csci.v2i1.177>

e mobiliários e nos transportes escolares, bem como as barreiras nas comunicações e informações.

Em se tratando de acessibilidade o projeto pedagógico de uma escola que almeje ser inclusiva deverá atender ao princípio da flexibilidade para que o acesso ao currículo seja adequado as condições do aluno, favorecendo seu processo escolar. Pode-se afirmar que para a maioria das crianças e jovens brasileiros escolas é o único espaço de acesso aos conhecimentos universais e sistematizados, portanto a mesma deve lhes proporcionar condições de se desenvolverem e tornarem-se de fato cidadãos com identidade social e cultural.

De acordo com estudos recentes sobre as políticas públicas de inclusão, o Brasil possui uma das mais bem estruturadas bases legais de educação inclusiva do mundo, respaldada na Constituição Federal Brasileira e nos princípios dos Direitos Humanos, aos quais deram suporte teórico para o desenvolvimento e a implementação de uma vasta política pública voltada para a educação especial a partir da perspectiva da inclusão inclusiva no Brasil.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que regem a educação no Brasil e garantem a todas as crianças e adolescentes uma educação de qualidade, ao longo desses anos, enfrenta grandes desafios, mas ainda assim, obteve conquistas no processo de inclusão dos deficientes auditivos, bem como para pessoas com outras deficiências, na escola regular. Leis existem para garantir direitos e evitar que as minorias sejam subjugadas pela maioria de fato, as leis existem para serem cumpridas, porém quando olhamos pelos olhos da educação as mesmas deixam muito a desejar.

Ações pedagógicas que priorizam valorização e respeito possuem destaque, uma vez que suas especificidades e necessidades e, principalmente, repudiar todo tipo de preconceito e discriminação, e deste modo:

Na perspectiva inclusiva, a concepção curricular contempla o reconhecimento e valorização da diversidade humana. Neste sentido, são identificadas e eliminadas as barreiras, deslocando o foco da

**Edição:** Vol. 02 N°. 01 (2026)

**Published:** 13/05/2026

**DOI:** <https://doi.org/10.70579/csci.v2i1.177>

condição de deficiência para a organização do ambiente. Ao promover a acessibilidade, os estabelecimentos de ensino superam o modelo de deficiência como sinônimo de invalidez, passando a investir em medidas de apoio necessárias à conquista da autonomia e da independência das pessoas com deficiência, por meio do seu desenvolvimento integral (Brasil, 2015, p.11).

E isso nos leva a refletir que a qualidade de um atendimento que preconiza a inclusão de mecanismos a favor do aluno com autismo precisa estar em constante debate, e diretamente associada a formação contínua docente, e dentro dessa perspectiva que a inclusão está sendo objeto de estudo aqui, como uma forma de refletir e analisar esse fenômeno não apenas educacional, mas principalmente social, cultural e político, o qual sempre se configurou como uma caminhada histórica, árdua e repleta de obstáculos que permeiam as transformações ideológicas de uma sociedade ao longo do tempo.

## 2.2 A IMPORTÂNCIA DAS ESTRATÉGIAS UTILIZADAS NO ESPAÇO EDUCATIVO PARA FACILITAR APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES COM TEA

As estratégias de ensino devem relacionar-se com os procedimentos didáticos e pedagógicos adotados pelos docentes com o objetivo de orientar a aprendizagem dos mesmos. Partindo do pressuposto de que educar é um processo contínuo, cabe ao educador programar ações diversificadas, criando um ambiente estimulador para que os alunos aprendam por si, favorecendo-os na construção de sua identidade.

O educador precisa estar atento se sua proposta de trabalho está sendo claramente entendida por todos os alunos. Isso ajudará na organização e nas realizações das atividades diárias. É importante esclarecer que os recursos utilizados pelo educador deverão ser feitos com base no desenvolvimento do aluno e no seu contexto social.

É importante notar que tais recursos servem apenas como guia, devendo

**Edição:** Vol. 02 N°. 01 (2026)

**Published:** 13/05/2026

**DOI:** <https://doi.org/10.70579/csci.v2i1.177>

ser introduzidas todas as motivações que se façam necessárias, a fim de atender as necessidades da aprendizagem e as sucessivas descobertas da criança.

Nesse sentido, a integração da equipe pedagógica - diretora, supervisora, orientadora e coordenadora - juntamente com a equipe docente é requisito básico para um ótimo trabalho. Essa integração pode ser viabilizada por: reuniões, quinzenais com os professores e pais e responsáveis, reuniões mensais com toda a equipe escolar para a realização e levantamento do trabalho desenvolvido e discutir eventuais atividades pedagógicas extra curriculares.

Todavia, a aprendizagem começa em casa, em meio a família e de maneira informal, porém extraordinariamente marcante, necessária para todo o processo de aquisição de aprendizagem que a criança buscará ao longo de sua vida, esse é um aprendizado sistemático também considerado como um suporte indispensável, que apesar de ser informal e sobre tudo empírico ajuda a organizar os conhecimentos a serem adquiridos pelos discentes.

Do ponto de vista cognitivo, para que o conhecimento se construa, é preciso haver uma ligação no que a criança já sabe e o que vai aprender, pois os conteúdos precisam ser organizados e integrados ao conhecimento que este já possui. Somente situações que problematizem os conhecimentos e propiciam interações fazem com que os alunos participem ativamente das atividades, gerando a aprendizagem ou a apropriação e construção de conhecimentos.

As atividades docentes precisam de atenção e compromisso por parte do educador, já que o ato de estudar significa buscar novas aprendizagens que serão utilizadas a vida toda, entretanto, o que se percebe é que nem sempre os conhecimentos são mediados de forma adequada aos discentes, isso ocorre porque o processo da prática principalmente no que diz respeito as estratégias utilizadas no espaço educativo não estão sendo compatíveis com a maneira correta de ensinar as crianças no tempo previsto. A esse respeito observa Barbosa (2006, p. 12):

**Edição:** Vol. 02 N°. 01 (2026)

**Published:** 13/05/2026

**DOI:** <https://doi.org/10.70579/csci.v2i1.177>

A aprendizagem pode acontecer a partir de uma interação direta com o objeto de aprendizagem, ou através da mediação de outra pessoa, realizada através de um instrumento simbólico que pode tomar a forma das várias linguagens ora existente.

Assim sendo, a criança com autismo chega à escola com esse patrimônio cultural que já dá acesso a um conhecimento prévio, ou seja, o mesmo já é detentor de uma bagagem de conhecimentos que fora estimulado ou propiciado no ambiente de sua vivência, o que certamente será facilmente observado pelo educador.

Para que haja esta mediação, enfatiza-se que o professor não pode mais estar atrelado as antigas metodologias que anteriormente eram utilizadas nas escolas tradicionais embora ainda hoje existem muitos resquícios das mesmas nas escolas atuais, já que o uso destas ao invés de facilitar, termina prejudicando o desenvolvimento cognitivo da criança. O docente precisa acompanhar atualidade e não ficar na mesmice.

O uso da metodologia no espaço educativo é muito importante quando é praticada pelo professor, onde o discente se interessa, mas na aula e também, é um caminho onde eles têm mais facilidade para sua aprendizagem, e o docente precisa usar várias metodologias em sala de aula, para atrair uma prática educativa exitosa, se faz necessário atenção e compromisso por parte do educador, pois somente assim o mesmo poderá proporcionar conhecimentos aos discentes.

Nos dias atuais se percebem inúmeras dificuldades vivenciadas por estes, tais como: falta de material didático, recurso pedagógico, violência, falta de investimento por parte do governo. O professor por ser considerado um mediador do conhecimento dentro de sala de aula precisa de um suporte e ajuda de toda comunidade escolar em geral, pois esse trabalho deve contar também com apoio da família dos alunos e das habilidades e competências demonstrada pelo professor dentro de sala; sendo ele capaz de fazer as adaptação necessária a realidade de cada escola ou município ou local de trabalho dos docentes em prol

**Edição:** Vol. 02 N°. 01 (2026)

**Published:** 13/05/2026

**DOI:** <https://doi.org/10.70579/csci.v2i1.177>

do aprendizado dos alunos. Para Basto (2006, p.10) o conceito de metodologias ativas se define como um “processo interativo de conhecimento, análise, estudos, pesquisas e decisões individuais ou coletivas, com a finalidade de encontrar soluções para um problema”. Ainda segundo o autor o docente deve atuar como um facilitador e também criar uma boa metodologia para lecionar, assim sua aula se torna eficaz no aprendizado.

Neste sentido o professor deve ser mediador do processo ensinoaprendizagem do aluno, utilizando tecnologias e estratégias inovadoras adequadas para que o ensino seja compreendido. Hoje a visão do ensino é bem diferente, as novas descobertas em torno da mesma que fizeram com que o professor revisse as suas atitudes e práticas pedagógicas em salas de aulas.

Na atualidade, o maior alvo da docência é representado pela falta de planejamento. Não pode se conceber educação e metodologia sem que estes sejam pautados no planejamento. As características do ensino e por consequência desta a aprendizagem, se baseia gradativamente nas técnicas de ensino nas quais são empregadas dentro da sala de aula, onde o docente não planeja uma aula diferente, ou seja, com novas metodologias de ensino, deste ligeiro modo, vale dizer que as técnicas para a aprendizagem constituem fatores associados da aplicação da metodologia e a didática aperfeiçoada do professor. Este extensivo conteúdo de maneira expositiva, caracterizada por relacionar a teoria e prática, sendo que o aluno está veiculado a aplicar e entender para aperfeiçoar seu conhecimento diante daquela situação do que foi apresentado, neste quesito a real situação ali requisitada. Para Gil (2006, p. 96) a forma de planejamento:

Planejamento educacional é o que de se desenvolve em nível mais amplo estando a cargo das autoridades educacionais no âmbito do Ministério da Educação, do Conselho Nacional de Educação, dos órgão estaduais e Municipais que têm atribuições no campo da educação.

Diante disso, a didática investiga fundamentos e condições para o modo

**Edição:** Vol. 02 N°. 01 (2026)

**Published:** 13/05/2026

**DOI:** <https://doi.org/10.70579/csci.v2i1.177>

e realização na construção do ensino, com objetivos pedagógicos, selecionando conteúdos e aplicando métodos de aprendizagem, tendo em vista o desenvolvimento das capacidades mentais dos alunos, juntamente com as metodologias específicas aplicadas que tenham como base os fins educacionais.

Contudo, observa-se que é preciso analisar de que maneira os professores estão utilizando os recursos didáticos e as metodologias durante o desenvolvimento das aulas para facilitar a aprendizagem dos alunos. Nos dias atuais a didática tem sido fortemente associada com questões que envolvem o desenvolvimento de funções cognitivas; visando a aprendizagem autônoma, o que se pode chamar segundo Libaneo (2006, p. 12):

De competências cognitivas, estratégia do pensar, pedagogia do pensar, etc. Do ponto de vista didático, a característica mais destacada do trabalho do professor e a mediação docente onde ele se põe entre o aluno e o conhecimento para possibilitar as condições e os meios de aprendizagem.

Entretanto, delimitando o papel do professor no espaço e no processo educativo, este deve ser tão somente o construtor de pontes que possibilitem ao aluno através da prática pedagógica chegar ao conhecimento com criticidade e capacidade reflexiva e argumentativa, estimulando no discente o desejo de sempre pretender algo mais em seu processo de aprendizagem.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia de um artigo delinea os procedimentos empregados para conduzir a pesquisa, incluindo o tipo de estudo, a seleção da amostra, os métodos de coleta e análise de dados, considerações éticas e limitações do estudo. Sua descrição detalhada e transparente é essencial para garantir a replicabilidade e a confiabilidade dos resultados, além de proporcionar uma base sólida para a interpretação e a generalização dos achados.

**Edição:** Vol. 02 N°. 01 (2026)

**Published:** 13/05/2026

**DOI:** <https://doi.org/10.70579/csci.v2i1.177>

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise das produções teóricas e dos documentos normativos permitiu compreender que a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista nas turmas de 1º ano do ensino fundamental permanece atravessada por contradições entre o que a legislação assegura e aquilo que efetivamente se concretiza no cotidiano escolar. Embora o ordenamento jurídico brasileiro tenha ampliado garantias relacionadas ao acesso e à permanência dos estudantes com deficiência no ensino regular, a prática pedagógica ainda convive com limitações estruturais, ausência de suporte técnico e fragilidades na formação docente.

A literatura examinada demonstra que o ingresso da criança autista na escola regular produziu mudanças profundas nas exigências direcionadas ao professor dos anos iniciais. O docente deixa de ocupar apenas a posição de transmissor de conteúdos e passa a lidar com demandas relacionadas à mediação social, adaptação curricular, organização sensorial do ambiente e construção de vínculos afetivos capazes de favorecer a comunicação e a participação da criança nas atividades escolares. Mantoan compreende a inclusão como transformação da própria lógica escolar, rompendo com modelos homogêneos de ensino que historicamente marginalizaram estudantes considerados fora do padrão esperado. Tal compreensão desloca a responsabilidade da aprendizagem exclusivamente do aluno para a estrutura pedagógica da instituição, exigindo reorganização curricular e flexibilização metodológica.

As pesquisas analisadas também revelam que muitos professores iniciam sua atuação sem conhecimentos específicos acerca do TEA, circunstância que gera insegurança diante das necessidades apresentadas pelos estudantes. Em diversas situações, a ausência de formação continuada faz com que os educadores recorram a práticas improvisadas ou reproduzam estratégias pouco compatíveis com as singularidades cognitivas e comportamentais da criança autista. Glat, Pletsch e Fontes associam esse cenário à histórica distância entre as políticas inclusivas formuladas no

**Edição:** Vol. 02 N°. 01 (2026)

**Published:** 13/05/2026

**DOI:** <https://doi.org/10.70579/csci.v2i1.177>

campo legal e as condições concretas oferecidas às escolas públicas para implementação dessas propostas.

Outro aspecto recorrente refere-se à dificuldade de comunicação entre professor e aluno autista, elemento constantemente identificado como um dos principais entraves ao processo de alfabetização nos anos iniciais. A comunicação, nesse contexto, ultrapassa a dimensão verbal e envolve leitura de comportamentos, compreensão de estímulos sensoriais e interpretação de formas alternativas de interação. Barbosa compreende a aprendizagem como resultado das mediações simbólicas construídas nas relações sociais; por essa razão, ambientes escolares rigidamente estruturados e pouco sensíveis às diferentes formas de expressão tendem a ampliar os processos de exclusão dentro da própria sala regular.

Ao longo das análises, tornou-se perceptível que as práticas pedagógicas mais exitosas não estavam associadas à aplicação de métodos padronizados, mas à capacidade do professor de reorganizar o ensino a partir das respostas apresentadas pela criança. Recursos visuais, rotinas estruturadas, jogos pedagógicos, mediação por imagens e atividades com estímulos concretos aparecem com frequência nas experiências relatadas pelos autores estudados. Tais estratégias favorecem a previsibilidade das ações escolares e reduzem situações de ansiedade frequentemente observadas em estudantes com TEA.

A discussão desenvolvida por Libâneo acerca da mediação docente ganha relevância nesse cenário, sobretudo porque a aprendizagem da criança autista não ocorre apenas pela exposição ao conteúdo formal. O professor precisa construir condições para que o estudante estabeleça relações significativas com aquilo que aprende. Isso implica reorganizar tempos, adaptar linguagens e compreender que o desenvolvimento cognitivo não se produz de forma linear. Quando a prática pedagógica permanece presa exclusivamente ao currículo rígido e às metodologias expositivas tradicionais, o estudante tende a ocupar uma posição periférica dentro das atividades coletivas.

Os estudos examinados também evidenciam a importância da participação da família no processo inclusivo. A aproximação entre escola e responsáveis possibilita maior compreensão das necessidades da criança, além de favorecer continuidade entre as

**Edição:** Vol. 02 N°. 01 (2026)

**Published:** 13/05/2026

**DOI:** <https://doi.org/10.70579/csci.v2i1.177>

experiências vividas nos diferentes espaços sociais. André entende a escola como um ambiente atravessado por relações culturais e sociais complexas; por esse motivo, o processo educativo não pode ser analisado isoladamente da realidade familiar e comunitária do estudante.

Outra questão recorrente envolve a precarização das condições de trabalho docente. Turmas numerosas, escassez de profissionais de apoio, ausência de materiais adaptados e sobrecarga emocional aparecem de maneira constante nas pesquisas relacionadas à inclusão escolar. Em muitos casos, o professor assume sozinho responsabilidades que exigiriam atuação coletiva da equipe pedagógica e suporte especializado contínuo. Mittler argumenta que a transição de sistemas excludentes para propostas efetivamente inclusivas depende não apenas de mudanças discursivas, mas de reorganização estrutural das instituições escolares e das políticas públicas educacionais.

As análises também permitiram perceber que o preconceito ainda permanece presente, embora muitas vezes de forma velada. Algumas escolas demonstram aceitar o aluno autista apenas formalmente, sem garantir participação efetiva nas atividades pedagógicas e sociais. A inclusão, nessas circunstâncias, transforma-se em mera inserção física do estudante no espaço escolar. Mantoan critica precisamente esse modelo integrador superficial, no qual o aluno permanece matriculado na escola regular sem que haja transformação das práticas educativas.

A investigação bibliográfica revelou ainda que a alfabetização da criança com TEA exige compreensão ampliada sobre os diferentes ritmos de aprendizagem. A pressão por resultados imediatos e desempenho padronizado frequentemente produz processos de frustração tanto para os professores quanto para os estudantes. A aprendizagem da leitura e da escrita precisa considerar as formas particulares pelas quais a criança autista interpreta símbolos, organiza pensamentos e estabelece relações comunicativas. Quando o processo pedagógico respeita essas singularidades, torna-se possível identificar avanços importantes relacionados à autonomia, interação social e desenvolvimento cognitivo.

A articulação entre os autores examinados conduz à compreensão de que a inclusão escolar não depende exclusivamente da boa vontade individual do professor. O

**Edição:** Vol. 02 N°. 01 (2026)  
**Published:** 13/05/2026  
**DOI:** <https://doi.org/10.70579/csci.v2i1.177>

fortalecimento de políticas de formação continuada, a ampliação de equipes multiprofissionais, o investimento em acessibilidade pedagógica e a reorganização curricular constituem condições fundamentais para que a escola consiga responder às demandas do estudante autista sem reproduzir práticas excludentes historicamente naturalizadas no sistema educacional brasileiro.

## 5 CONCLUSÃO

Diante do exposto neste artigo, é possível analisar como se dá o processo de inclusão de um aluno com TEA em uma sala regular, evidenciando o quanto a formação de professores para atuação em paradigma inclusivo sempre vai ser um obstáculo a ser superado, seja em qualquer nível educativo, uma vez que mostrou a necessidade constante do professor possuir e buscar saberes específicos como: o reconhecimento das peculiaridades e diversidade do processo de aprendizagem; a percepção das potencialidades dos estudantes com deficiência, por exemplo, de maneira a planejar práticas pedagógicas que considerem e priorizem ações de maneira a promover uma adaptação pedagógica, curricular e até metodológica, com recursos didáticos que favoreçam o tempo de ensino, aprendizagem e avaliação, quando necessário.

A formação inicial e continuada do docente deve constante, até no ensino superior. Já que nesse nível, os cursos diferentes cursos, além de prever um componente curricular que trate da Educação Especial como uma área da educação específica e com saberes próprios, deve inserir nas ementas dos componentes curriculares da área pedagógica que contemple todos os discentes, atendendo a propostas curriculares trabalhando a didática, avaliação, currículo, políticas Educacionais, com o enfoque no trabalho docente levando em conta as múltiplas formas de aprendizado, organizando a inclusão de estratégias pedagógicas frente a deficiência (intelectual, sensorial e física), os transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e a alteridade, possibilitando a ação diante de desafios que sempre existirão no

**Edição:** Vol. 02 N°. 01 (2026)  
**Published:** 13/05/2026  
**DOI:** <https://doi.org/10.70579/csci.v2i1.177>

cenário educacional, mas que precisam instigar o profissional a desejar ser capaz de compreender o outro em sua dignidade, direitos e diferenças.

Percebendo que o ambiente educativo enfrenta diariamente o desafio maior de promover o acesso e permanência do aluno, vejo ainda que é possível estabelecer um equilíbrio contínuo e satisfatório entre o compromisso social e a qualidade acadêmica, e mesmo com todas as dificuldades, ela trilha esse caminho em partes, elaborando estratégias para driblar essas dificuldades. E torna-se evidente a falta de implantação de políticas para a parcela mínima da população acadêmica que precisa ser incluída no processo de ensino-aprendizagem da instituição, de modo que essa ação implementada ajudaria bastante a suprir as lacunas deixadas por um ensino que prioriza a maioria.

### REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M.E.D.A. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papirus, 1995.
- BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Por amor e por força: rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006, p.121-124,75.
- BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Adaptações Curriculares: estratégia para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília, 1998.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) . Acesso em: 20 de nov. de 2025.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2008. BRASIL. Lei N° 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm). Acesso em: 20 de nov. de 2025.
- BRASIL. **Secretaria de Educação Especial. Saberes e Práticas da Inclusão - Estratégias Para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais**, Brasília, 2011.

**Edição:** Vol. 02 Nº. 01 (2026)

**Published:** 13/05/2026

**DOI:** <https://doi.org/10.70579/csci.v2i1.177>

BRASIL. CNE/CEB. **Resolução nº02**, de 11 de setembro de 2011. BRASIL. CNE/CEB Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. 2001 GAUDERER, E. Christian. Autismo. [S.l]: Atheneu, 1993.

GLAT, R. . PLETSCH, M. D.. FONTES, R. de S. Uma breve reflexão sobre o papel da Educação Especial frente ao processo de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em rede regular de ensino. **Cadernos de Educação: Inclusão Social Desafios de uma Educação Cidadã**. UNIGRANRIO Editora, Rio de Janeiro, p. 13-30, nov., 2006. ISSN: 1679-6349.

INCLUSÃO: **Revista da Educação Especial** / Secretaria de Educação Especial. v.1, n.1 (out. 2005). Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

JUNG, Jucimara de Medeiros. **Inclusão: eis a questão! Uma abordagem sobre currículo e diversidade**. 2011.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo. Summus, 2015

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Para uma escola do século XXI**. São Paulo. UNICAMP, 2013.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas**. Petropolis, RJ:Vozes, 2009.

MITTLER. P. Da exclusão à inclusão. In: MITTLER. P. **Educação inclusiva contextos sociais**. Artemed. 2003. p. 23-37.

MOREIRA, JAS., and LARA, AMB. Políticas públicas para a educação infantil no Brasil (1990- 2001) [online]. **Maringá: Eduem**, 2012. 246 p. ISBN 978-85-7628-585- 4. Available from SciELO Books

SOUZA, F. F.; VALENTE, P. M.; PANNUTI, M. **O Papel do Professor de Apoio na Inclusão Escolar**.